
A ESCOLARIZAÇÃO DOS SABERES. CONDIÇÕES E CONSEQUÊNCIAS NO CASO FARMACÊUTICO

Cristina Rocha*

O presente trabalho insere-se num estudo mais aprofundado em que se procura introduzir a profissão farmacêutica – Farmácia de Oficina – como um objecto de estudo complexo na área das Ciências Sociais, enfatizando os contributos da Sociologia da Educação, da Sociologia das Profissões e da Sociologia da Família para a sua compreensão. Neste artigo, procura-se compreender as transformações nos sistemas de formação farmacêutica (da oficina à Universidade), em Portugal, procurando articulá-los com as mudanças sócio-profissionais e com os contextos sociais. Salientam-se ainda alguns contributos para a compreensão do processo de feminização desta actividade

Apresentação do Problema

De uma maneira geral, a produção historiográfica sobre a profissão farmacêutica no Ocidente reflecte o sentido histórico das transformações que esta foi apresentando como uma *elevação*¹. Toda a reivindicação dos farmacêuticos ao

* Investigadora do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIEE) da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação do Porto

¹ Veja-se por exemplo a Introdução da obra de Sternon (1933:7), « (...) au cours des siècles, l'apothicaire est parvenue à se libérer des autres professions qui cherchaient à se l'anexer et à la suite de

longo do século XIX, quando se dá uma alteração qualitativa do seu estatuto², vai traduzir-se por uma exigência de elevação da classe, que se realizaria através de uma elevação dos estudos farmacêuticos – tornados estudos teóricos – e por uma elevação da imagem dos profissionais – reconhecidos como agentes da saúde pública

O recurso a esta metáfora da elevação, no processo de profissionalização desta actividade, insere-se numa representação social e numa concepção do mundo que, pelo menos desde a Idade Média, organiza, classifica e dispõe as actividades humanas, os grupos sociais que lhes dão corpo e movimento, as coisas animadas e inanimadas e, por fim o cosmos num sistema bipolar de alto baixo, puro/impuro, material/espiritual, que, transposto para as actividades humanas, as hierarquiza a partir da distinção entre corpo e alma, cabeça e mão. Na sua essência, este sistema reproduz a condição terrena face à condição celestial e divina, que pela sua própria natureza, é despojada de matéria e, pela sua localização geográfica, é representada acima e por cima da humanidade concreta

No caso específico da farmácia, definida como a arte ou a ciência da concepção, fabrico e dispensa de medicamentos (Dillemann, 1992:81), esta apresentou-se, praticamente até ao século XX, como um ramo comum a médicos e farmacêuticos, num processo que genericamente articulava de forma desigual, pela base, a actividade da botica – ofício mecânico e prática comercial – e, num nível mais elevado, o exercício da medicina – saber teórico e magistral, «liberal», de que fazia parte a teoria farmacêutica.

A proximidade e o contacto com a matéria, em que as mãos são o principal agente operador, na base de uma ausência ou com recurso a uma teoria menor, vão ser (e são ainda hoje, pense-se por exemplo na relação hierárquica entre a medicina e a enfermagem) o diferenciador da distinção estatutária que esteve historicamente na base da relação entre a medicina e a farmácia, tal como entre a medicina e a cirurgia até ao século XVIII, e que conforme os

quel efforts, quel luttres parfois, elle a réüssi à s'ériger en science indépendante, forçant l'admiration de tous par la part qu'elle prit, de tout temps, à l'avancement du progrès. Le lecteur sera donc () amené à suivre pas à pas cette élévation de l'art pharmaceutique.

² Em Portugal é em 1837 aquando da criação do Conselho de Saúde Pública que se introduz a designação de farmacêutico em lugar da de boticário, corrente até então

diferentes momentos históricos e contextos científico-profissionais se vai actualizando e tomando novas formas

No presente, em que por exemplo a cirurgia adquiriu um estatuto técnico-científico e social talvez superior ao da medicina, a contaminação negativa da farmácia de oficina³ advém-lhe não da laboração oficial produtiva dos medicamentos, como no passado, mas da sua transformação, após a produção industrial dos medicamentos, em actividade predominantemente comercial. Neste contexto, é o contacto com o «vil metal» mediante um exercício predominantemente comercial e não oficial – ainda que reivindicado como tendo uma natureza científica por via da sua subordinação à receita médica de quem os farmacêuticos são os únicos legítimos intermediários – que remete novamente o exercício farmacêutico, do ponto de vista profissional, para uma condição ambígua, visto que, do ponto de vista formal, estão consolidadas as «elevações-reivindicadas que a aproximam do modelo profissional: estudos preparatórios de acesso, estudos farmacêuticos superiores e autónomos e o reconhecimento do farmacêutico como profissional da saúde

Vai ser assim a partir de umnexo problemático com a medicina que a farmácia se vai estruturar ao longo dos tempos, como saber e como actividade, sendo nesta dialéctica que vai também desenhar-se, do ponto de vista social, a sua imagem e o reconhecimento da sua utilidade social. Por volta do século XIII, pela separação da medicina, «envileceu» – em virtude de no exercício médico se ter dissociado e especializado o diagnóstico e a prescrição terapêutica, a cargo do *físico* (médico), cuja formação entretanto se passou a localizar na universidade – da preparação e dispensa medicamentosa, a cargo do *boticário* (farmacêutico), cuja formação continuou durante séculos a localizar-se na *botica*, isto é, na oficina farmacêutica.

Esta ruptura vai dar início a um processo de dependência hierárquica do ponto de vista epistemológico, profissional e institucional da farmácia face à medicina, bem como a um menor estatuto social dos boticários, que estará na base da luta que levarão a cabo no sentido do seu reconhecimento como

³ Ainda hoje se designa por farmácia de oficina o sector farmacêutico que se destina à dispensa de medicamentos, tal como o conhecemos sob o nome de Farmácia

«homens de ciência e profissionais liberais. Esta vem a culminar, no fim do século XIX, com a separação da farmácia da medicina, pela afirmação do carácter científico da farmácia, resultante de um objecto teórico próprio «importado» da ciência química, por uma autonomia institucional relativamente às instâncias de formação e por uma independência profissional através de uma progressiva subordinação a estruturas profissionais próprias e ao Estado. Este processo vem a consolidar-se nos anos 20 do nosso século com a criação das Faculdades de Farmácia nas Universidades do Porto, Lisboa e Coimbra e com a criação de organismos profissionais próprios com o Estado Novo

Da Oficina à Universidade

O longo processo através do qual a farmácia se constituiu como saber e prática reconhecida cientificamente é o processo civilizacional em que se deu a afirmação da cultura escrita sobre a tradição oral empírica, através de uma organização social específica regulada cada vez mais pelo Estado e pelos grupos profissionais que lhe estão associados

A institucionalização académica do conhecimento farmacêutico, na transição do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, vem evidenciar a ruptura com o carácter oficial do conhecimento, constituindo-se aquele, cada vez mais, como um saber visível e transponível. André Petitat (1982) interroga-se, a propósito do desenvolvimento do ensino comercial em Florença no século XVI, sobre as condições que presidiram no ocidente à escolarização dos conhecimentos e dos saber-fazer técnicos. Considera, então, que os conhecimentos e os saber-fazer implicados pelas actividades comerciais diferem dos que são exigidos pelo artesanato, porque, contrariamente a estes, são transponíveis para qualquer tipo de comércio, ao passo que os saberes e saber-fazer artesanais estão entranhados nas particularidades físicas dos produtos, tornando difícil encontrar um denominador comum às práticas artesanais. Contrariamente às operações artesanais, as operações comerciais apresentam, por este facto, um carácter geral qualquer que seja o produto comercializado, portanto, «uma só escola pode contribuir para a formação de comerciantes de todas as especialidades» (idem: 90)

Esta concepção de «saberes transponíveis» apresenta grande utilidade para a compreensão do processo de escolarização dos saberes e da aprendizagem farmacêutica, que se consolida com a passagem da farmácia galénica⁴ para a farmácia química⁵. A farmácia galénica, cuja vigência em Portugal é predominante desde o século XIII até ao fim do século XVIII, compreende-se no quadro de um processo de produção oficial que, pela sua própria natureza, agia em simultâneo como processo de formação: o exercício do trabalho é a fonte da aprendizagem, sendo esta indissociável dos resultados materiais, sociais e simbólicos do próprio trabalho. Neste contexto, os conhecimentos são resultantes da repetição e da experiência, portadores de «rotinas e de segredos que se transmitem selectiva e individualmente, fundamentando a propriedade [capital e cultural] do ofício» (Strobants, 1991:17). Nesta óptica, o conhecimento boticário apresenta-se como um saber artesanal (Criado, 1995:42-43)⁶ cujo principal operador é a mão. A utilização predominante da força de trabalho manual⁷ é uma das características de um processo de produção com um baixo nível de mecanização, o que supõe uma especialização dos conhecimentos relativos às matérias-primas e aos produtos, bem como um conjunto de destrezas específicas solicitadas pelos instrumentos utilizados.

A repetição em processos de aprendizagens prolongadas constitui-se numa pedagogia, herdeira de destrezas e técnicas que se adquirem com o uso reiterativo que não exclui a habilidade singular de cada artista e a forma como os indivíduos concretos se distinguem na sua arte. Esta incipiente divisão técnica do trabalho não obriga a uma especialização na organização produtiva o que determina uma limitação dos produtos a criar e uma singularidade dos objectos

⁴ A Farmácia Galénica cujo personagem representativo é o Boticário, numa definição do Século XVIII () é a que ensina a eleger e simplesmente preparar e misturar os corpos naturais sem especular de que partículas e substâncias são compostos» Pita e Brojo (1995:32)

⁵ A Farmácia Química cujo personagem representativo virá a ser o farmacêutico, numa definição do Século XVIII «é a que ensina e dá fundamentos para conhecemos e especularmos de que partes ou substâncias se compõem os corpos naturais, a separação e a resolução das partes puras, das impuras e crassas e fazer medicamentos mais exaltados e essenciais», Pita e Brojo (1995:32)

⁶ Ainda hoje se chamam «manipulados» aos medicamentos produzidos pelo farmacêutico na sua «oficina» farmacêutica

⁷ As gravuras relativas a esta época sempre apresentam uma figura curvada, o aprendiz, que pulveriza substâncias num almofariz, e o boticário com a receita na mão» Folch Jou (1972)

criados e sobre os quais existe um controlo directo, desde a sua génese até á sua forma acabada Assim, na arte boticária, é enquanto produtos artesanais que podemos considerar os medicamentos officinais e magistrais⁸ cuja confecção resulta do labor boticário

O trabalho artesanal apresenta ainda como característica a contiguidade do seu exercício com o domicílio do mestre e a sua funcionalidade a ser desenvolvido na base de relações familiares e de parentesco Constituindo-se estas em agências de formação, permitem a transmissão de capitais culturais (saber e saber-fazer), sociais (redes de relações), económicos (património instalado entre outros) e simbólicos, conferindo em última análise uma posição social⁹

Por seu lado a farmácia química vai permitir aumentar a distância entre o ensino, a coisa ensinada e o mestre depositário do conhecimento, dado que se trata de um saber que participa de um maior nível de abstracção, pelo que poderá ser ensinado genericamente em Escolas e Universidades O saber da ciência química, que segundo I. Stengers (1988:46) «encontrou os meios de se abstrair das circunstâncias», torna-se assim, nas palavras de Petitat, num saber transponível, constituindo-se como que num denominador comum a vários objectos teóricos e a diversos sectores de actividade Assim se processam novas relações entre os conhecimentos, as actividades produtivas e a divisão do trabalho, profundamente diferentes das que presidiam às corporações

Em conformidade, segundo o mesmo autor, os conhecimentos e as técnicas do trabalho artesanal separam-se ainda das do comércio por um outro ponto. Este recorre muito mais a linguagens simbólicas independentes dos sujeitos pelo que o seu instrumento privilegiado é a escola, que, não lidando com as coisas concretas mas com representações, «assenta sobretudo na transmissão de

⁸ Medicamentos officinais são substâncias ou composições inscritas nas farmacopeias ou nos formulários oficiais Medicamentos magistrias são preparações sujeitas na sua composição (fórmula detalhada) às indicações do médico que é o autor Nesta estão consignados os princípios activos, a forma farmacêutica e o modo de emprego podendo o farmacêutico escolher os excipientes Cristau (1973:16-17)

⁹ No caso da botica, esta apresentou-se até ao século XIX como um ofício mecânico sujeito a uma aprendizagem officinal com um mestre, até ao seu termo, o exame público para a obtenção do grau de mestre Por seu lado a medicina, que desde o século XIII vê o seu saber ser transmitido na Universidade, transforma-se numa arte liberal A este desigual estatuto epistemológico dos saberes corresponde um desigual estatuto social dos protagonistas

linguagens e símbolos e seus meios de expressão: o alfabeto, os números, as operações, o latim, que vão ser o suporte de linguagens específicas, como a jurídica, médica, etc. (Petitat, 1982:90)

É interessante discutir este ponto na análise do processo histórico da construção da profissão farmacêutica, verificando que os contextos em que passou a ser exigido o latim como um saber prévio à aprendizagem farmacêutica e ao seu exercício, como um descodificador dos instrumentos profissionais cada vez mais exteriores aos sujeitos, coincidiu com a implementação de processos de formação de que a Universidade era parte integrante, como o Regimento de Médicos e Boticários Cristãos Velhos em 1604¹⁰ e a Reforma Pombalina no final do século XVIII¹¹.

A introdução da Universidade na formação boticária vai traduzir-se na existência de duas instâncias de legitimação nesta actividade – o Físico-Mor (século XVI) e a Universidade (século XVII) – que, se bem que emanadas do poder central, vão conferir-lhe alguma complexidade e, à sua maneira, agudizar a ambiguidade estatutária que esta classe apresenta. O regime do Físico-Mor constitui em Portugal, até ao século XIX (1836), a forma dominante de legitimação do exercício e actividades curativas¹², cuja aprendizagem decorria, salvo para a medicina, em instâncias de formação – os contextos de trabalho – que se não tinham ainda autonomizado da prática e das sociabilidades mais gerais, como é próprio dos saberes artesanais, constituindo-se assim em «saberes intransponíveis» para outros contextos profissionais. Contra-

¹⁰ Este Regimento criou bolsas de estudo (partidos) para que cristãos velhos se tornassem mestres na arte da botica. A sua formação repartia-se pela Universidade de Coimbra (dois anos) onde aprendiam o latim, e por uma oficina da cidade (quatro anos) onde aprendiam a arte. Esta política visava tornar aliciente esta arte a cristãos velhos, num período em que se impedia o seu acesso aos cristãos novos.

¹¹ Com a Reforma dos Estudos Médicos é criado o Dispensatório Farmacêutico que se destinava a ser a farmácia do Hospital Escolar. Como instituição de apoio à Faculdade de Medicina destinava-se ainda à formação dos Médicos nesta matéria e dos boticários na sua arte. Estes, durante a aprendizagem, tinham o estatuto de praticantes, mas para se matricularem segundo o regime de partidistas tinham que apresentar comprovativos de saber o latim (Pita, 1995).

¹² Segundo Sousa Dias (1991:286-287) no Século XVIII, na cidade de Lisboa, o sector sanitário englobava seis profissões principais e por ordem decrescente em termos numéricos: Cirurgiões Boticários, Médicos, Enfermeiros e Enfermeiras, Droguistas, Parteiras e ainda com actividades afins: Sangradores ou Barbeiros, Químicos Destiladores, Dentistas, Ervanários, Vendedores de Alecrim e Cristaleiros.

riamente a estes, a legitimação universitária supõe um processo tendencialmente homogeneizador dos saberes e das práticas que nos remete para a progressiva afirmação do poder de regulação social dos corpos profissionais dela emanados

A escolarização de certos saberes está assim profundamente ligada aos tipos e à estrutura histórica das actividades humanas. A escola ocupa-se da transmissão de conhecimentos e do saber-fazer quando certas condições históricas estão satisfeitas. Estas são variáveis, segundo os conhecimentos transmitidos e o seu destino social, sendo necessário que as linguagens simbólicas apresentem suficiente autonomia e extensão. No caso farmacêutico, a linguagem simbólica estruturante da sua escolarização foi fundamentalmente a ciência química, num movimento com dois sentidos. Um que, partindo da oficina, pela progressiva incorporação da ciência química, vai tornando a prática farmacêutica uma técnica esclarecida, sobretudo na valência laboratorial que algumas oficinas vão apresentar, produzindo artesanalmente e industrialmente em pequena escala as primeiras especialidades farmacêuticas¹³ (Miguel, 1987), e outro que, fora da oficina, no campo da investigação química, vai contribuir para a produção do tal conhecimento transponível e exterior ao ofício e, a longo prazo, superador do mesmo, sob a forma de indústria química farmacêutica. Este segundo movimento, que se traduz pela perda do monopólio da fabricação dos medicamentos por parte dos farmacêuticos de oficina e pelo desenvolvimento de empresas que produzem medicamentos, constitui o «processo mais importante da história farmacêutica» (Miguel, 1987:29)

Assim, nas primeiras décadas do nosso século, os contornos da crise sócio-profissional farmacêutica são resultantes da «desprofissionalização» técnico-científica que a produção industrial de medicamentos acarretou para a farmácia de oficina, vindo, no limite, a permitir colocar a questão da dispensabilidade do farmacêutico e da sua formação prolongada. Em termos económicos e profissionais, isto significava, para este grupo profissional, a perda do monopólio da dispensa de medicamentos e da propriedade das farmácias, na medida em que

¹³ Por especialidade farmacêutica entende-se todo o medicamento preparado *en avance*, apresentado sob um acondicionamento particular e caracterizado por uma denominação especial (Cristau, 1973: 20)

fazia ruir pela base toda a legitimação farmacêutica elaborada ao longo dos séculos e que reconhecia, em exclusivo, a sua competência sobre o medicamento

Uma outra consequência da escolarização dos saberes e da sua aprendizagem sob a forma académica é a cisão que se opera entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, entre a formação e o exercício, em suma, entre a escola e o trabalho. Esta cisão que se revelou condição essencial para a afirmação da medicina como saber escolástico na Idade Média, em simultâneo, esteve na origem do impasse teórico, clínico e terapêutico que este saber patenteava no século XVII e XVIII. É a abertura científica iluminista que, ao integrar a experimentação no campo científico, revaloriza epistemologicamente a prática, transportando-a para o interior das academias. No caso da medicina, este processo é evidenciado, entre outros, pela valorização do teatro anatómico e pelo estatuto de «sala de aula» atribuído à enfermaria do hospital (Foucault:1994). Em simultâneo, constituem-se saberes, inicialmente à margem das Universidades, que virão a constituir um novo campo cultural, o do ensino técnico superior. Será neste contexto que o desenvolvimento e o ensino da química se vão iniciar. Em Portugal é o Estado Iluminista que, através de uma reforma do ensino superior e na ausência de iniciativas da sociedade civil, tentará conduzir a academia nesta direcção, providenciando Laboratórios, nomeadamente de química, transportando para o interior do espaço escolar a experimentação. O mesmo se verificou para a prática farmacêutica com a criação do Dispensatório Farmacêutico. A partir de então, nas sucessivas reformas do ensino farmacêutico, Escolas Anexas, Escolas Superiores e finalmente Faculdades, a prática farmacêutica, tornada progressivamente uma prática laboratorial intramuros académicos, veio cada vez mais a confinar-se ao espaço escolar, tornando progressivamente anacrónica a formação oficial. Na sua forma limite, acabou por dispensar qualquer estágio para a formação no sector oficial e hospitalar (Sousa Dias:1988).

Com o Dispensatório Pombalino, não se tratará ainda deste divórcio entre a aprendizagem e o exercício profissional, mas da divisão instituída, desde a Idade Média, entre trabalho teórico e manual e seus protagonistas (Pita,1995). Mais tarde, no século XIX, com as Escolas Anexas de Farmácia, vai transitória-

mente estabelecer-se um compromisso entre a aprendizagem teórica, nas Escolas, e o trabalho no local do seu exercício, nas oficinas hospitalares, ou outras, embora se façam tentativas de dotar as escolas de locais em que se possam realizar os trabalhos práticos próprios da profissão.

No processo posterior de formação, a articulação entre a teoria e a prática vai ser cada vez mais confinada à instituição escolar, assistindo-se, no entanto, à instalação de uma nova contradição entre a formação e a prática, resultante das transformações da prática profissional introduzidas pelas especialidades farmacêuticas. Neste contexto, sobressaem também como requisitos para o exercício profissional em oficina conhecimentos cada vez mais do domínio da actividade comercial, contabilidade e relações públicas, áreas que as faculdades de farmácia, como instituições científicas, deliberadamente ignoram como áreas de formação na medida em que não correspondem ao padrão de exercício científico que perspectivam para a profissão (Aiach, 1978)

A dualidade das linguagens (empírica e científica), que atravessam a formação e a prática farmacêutica na viragem do século passado começa a surgir no contexto em que a formação em farmácia passa a apresentar uma dupla formação: de natureza teórica, obtida escolarmente, e a formação oficial que desde a Idade Média, através da prática, constitui o processo de formação dominante¹⁴. Apesar das contingências históricas por que passará a superação desta dualidade até à consagração do ensino farmacêutico como ensino universitário conferindo o grau de licenciatura¹⁵, pode constatar-se como a política educativa do Estado Novo vem a reactualizar esta distinção, consagrando a dualidade

¹⁴ A passagem do ensino oficial para o ensino académico conheceu, na transição do século XIX para o século XX, um longo período transitório, durante o qual a habilitação profissional se realizava segundo duas formas de investidura das quais resultavam dois estatutos profissionais: os chamados farmacêuticos de 1ª, que obtinham o diploma habilitador para o exercício frequentando unicamente os cursos teóricos então instituídos, e os chamados farmacêuticos de 2ª, que o obtinham após oito anos de prática numa oficina, sujeitando-se posteriormente a um exame na Escola de Farmácia

¹⁵ A evolução do ensino farmacêutico em Portugal patenteia este processo de progressiva escolarização dos saberes: primeiramente, a criação das Escolas de Farmácia anexas às Escolas Médico-Cirúrgicas (1836), em seguida, a criação das Escolas Superiores de Farmácia (1902) e por último, a sua autonomização em Faculdades (1921), sendo que foi neste processo que se extinguiu progressivamente a aprendizagem pela prática

de diplomas, de níveis de formação e de estatutos das instituições¹⁶. Usando novamente uma analogia orgânica para a distinção dos lugares segundo a sua nobreza, diríamos que os Farmacêuticos licenciados situam-se, tal como o cérebro, «por cima» dos outros, por via da sua formação teórica superior, não contingente à prática mas esclarecedora desta, destinando-se a funções que requerem um maior grau de abstracção, como são o ensino, a investigação farmacêutica, a direcção de laboratórios nacionais, etc. Ao passo que os farmacêuticos diplomados, pela sua teoria menor, apresentam um estatuto epistemológico inferior, adequado à dispensa medicamentosa. Na medida em que licenciados e diplomados, em igualdade de circunstâncias, podiam dedicar-se ao sector de oficina, o saber requerido para este sector constitui-se assim como um saber suficiente mas não como um saber bastante, ficando aquém da exigência de todo o campo farmacêutico. A separação do saber teórico do exercício prático vem assim a configurar uma divisão estatutária e epistemológica na divisão do trabalho que não se limita à criação de grupos profissionais anexos, que trabalham nas franjas de um saber, mas vem a ter efeitos no interior de uma mesma actividade¹⁷.

É interessante verificar ainda que neste processo de escolarização da formação farmacêutica apresenta grande centralidade o controlo que as instâncias de formação distintas da prática vão fazer da aprendizagem que vai sendo realizada nas instâncias de formação que se confundem com a prática, como foi o caso do controlo dos praticantes farmacêuticos que continuavam a realizar a sua aprendizagem mediante trabalho em oficinas farmacêuticas¹⁸. Um novo processo de formação estava em curso e apresentava-se com uma maior legitimidade que o anterior, legitimidade que lhe advinha da sua proximidade a um

¹⁶ Com o Decreto-lei nº 21 853 de 1932 passa a vigorar unicamente a Faculdade de Farmácia do Porto, conferindo o grau de Licenciatura. Nas demais Universidades criam-se Escolas de Farmácia que habilitam para o exercício da farmácia de oficina. Esta situação durou até 1968, quando foram transformadas estas escolas em Universidades.

¹⁷ Hughes (1996:64) chama a atenção para a necessidade de completar toda a descrição técnica da divisão do trabalho com definições dos papéis, salientando que a «capacidade de delegar o trabalho sujo», ou seja, de menor valor estatutário porque mais próximo da manualidade, é um dos elementos que permite avaliar o estatuto profissional dos diferentes grupos.

¹⁸ A partir da institucionalização das Escolas Anexas de Farmácia, os farmacêuticos com praticantes ao seu serviço tinham que fazer a inscrição destes na Escola e registar a evolução da sua prática.

saber e a instâncias de formação que por serem académicas se ancoravam na separação entre a formação e o exercício

No contexto da edificação da sociedade moderna, as linguagens universalizantes e eficazes das ciências correspondem «às necessidades que o Estado apresenta de conhecimentos científicos e tecnológicos e de um corpo de funcionários homogêneo de forma a levar a cabo o processo civilizacional racionalista em curso com as luzes» (Petitat, 1982:203) também visível na área da saúde pública. À heterogeneidade dos saberes, dos processos de formação e das instâncias de legitimação do Antigo Regime, a Escola opõe progressivamente um corpo teórico-prático tendencialmente homogêneo, sendo no século XIX que se consagra, para a farmácia, em Portugal e um pouco por toda a Europa, a normalização do seu ensino.

Partindo do conceito desenvolvido por Petitat de que a escola é uma instância produtiva, consideramos que a escola desempenha não só um papel activo como é indispensável à génese de categorias sociais, nomeadamente dos grupos profissionais que trabalham na área do trabalho mental e particularmente aqueles que através da escolarização dos seus saberes a um nível superior encontram tardiamente a sua legitimação como profissionais, como é o caso dos farmacêuticos. Desta forma, a escola participa activamente nas transformações da estrutura das relações entre grupos sociais. Assim sendo, a cultura profissional entendida como conjunto de conhecimentos, competências e valores relativos a uma profissão, estrutura-se na base de duas rupturas evidenciadas por Petitat (1982:467) e que se revelam perceptíveis no processo de construção social da profissão farmacêutica. Na primeira a formação dissocia-se do trabalho familiar, ao mesmo tempo que se separam local de trabalho e domicílio, sendo que estas dissociações se generalizam com a revolução industrial. Se esta ruptura parece estruturante para a profissão farmacêutica, não se processa sem algumas *nuanças* que são próprias à farmácia de oficina e que lhe dão a sua originalidade. Mercê do seu ordenamento jurídico – porfiadamente reivindicado pelos farmacêuticos durante praticamente todo o século XX – a propriedade do estabelecimento farmacêutico é obrigada a subordinar-se à posse do capital escolar – o diploma farmacêutico. Esta particularidade leva a que a transmissão familiar, por herança, se veja confrontada com a necessidade

de repor obrigatoriamente o capital cultural (perdido por hipótese na pessoa do pai ou da mãe farmacêuticos), sob pena de a propriedade farmacêutica ter de ser adquirida por outros. Tal especificidade revela as contradições e ambiguidades desta actividade, nem comércio, nem profissão liberal, que vai estar na origem da produção de um conjunto de estratégias familiares, matrimoniais, ou outras, que explicam que a farmácia de oficina seja um «negócio» ou uma carreira que, por vezes, se perpetua ao longo de gerações.

Assim sendo, as estratégias familiares que presidem à afectação da propriedade farmacêutica convertem-se necessariamente em estratégias escolares tendo em vista a reprodução do capital escolar farmacêutico. A estas associa-se todo um trabalho de socialização profissional precoce, propiciado pelos contactos com o desempenho da actividade no estabelecimento familiar, até porque o seu exercício favorece uma aproximação geográfica entre o domicílio e o local de trabalho¹⁹.

A segunda ruptura processa-se ao nível do desenvolvimento científico e tecnológico que retira ao local de trabalho fiabilidade na transmissão de uma cultura científica, na medida em que a cultura científica e tecnológica de vocação universal corresponde ao tipo de cultura mediatizada suportada por instâncias homogeneizantes, suprafamiliares e supraprofissionais. Desde o século XVIII que, na cultura Europeia, este papel coube às academias, gabinetes, etc afectando, para o caso farmacêutico, o processo da passagem da oficina à Universidade, não sem uma permanência de algumas características do modelo oficial que, em certos aspectos, permanecem nos dias de hoje, como sejam a componente comercial da actividade, a socialização profissional familiar e a contiguidade do domicílio com a oficina farmacêutica.

Finalmente, a formação escolar constitui-se numa ligação indirecta, não mecânica e imprecisa com o «mundo» do trabalho, «cada um obedecendo a

¹⁹ A subordinação da actividade farmacêutica ao medicamento obriga ao cumprimento de determinadas obrigações profissionais como sejam o exercício pessoal, que implica que um farmacêutico só possa ser substituído por outro, a assiduidade, a responsabilidade pelos actos praticados e contigências horárias como sejam o trabalho nocturno, aos fins-de-semana e feriados. Por esta razão, pelo artº 87º nºs 1 e 2 do Decreto-Lei nº 48547 de 27 de Agosto de 1968 se estipula que a residência do Director Técnico deve ser na localidade em que se encontra a farmácia, carecendo de autorização da Direcção Geral de Saúde o estabelecimento da residência noutra localidade.

lógicas não coincidentes» (Petitat, 1982: 468) No caso da farmácia de oficina, parece-nos ser a família farmacêutica quem se interpõe como instância mediadora reguladora da atribuição dos lugares para o desempenho profissional, o que parece verificar-se sobretudo para as raparigas, dado que estas se encontram em absoluta maioria nas Faculdades de Farmácia Podemos supor assim que a família se constitui em sistema de formação conducente à produção de uma «vocação farmacêutica» feminina Consideramos ser nesse processo que reside a originalidade desta profissão, sendo em torno da compreensão desta problemática que se procurará estruturar o nosso trabalho É para a compreensão desse fenómeno que passaremos a apresentar alguns contributos

Da Oficina à Universidade.

Contribuições para a compreensão da feminização da actividade farmacêutica

Para o caso feminino, a articulação entre a vida profissional e a vida familiar tem sido problematizada através do conceito de relação diferenciada com o trabalho Este pretende dar conta da forma específica como as mulheres, no decurso e após a industrialização, ocuparam posições no mundo do trabalho, definidas pela sua assimilação prioritária ao trabalho doméstico Relativamente às classes médias, o discurso e a prática foram postos com ênfase na confinamento da mulher ao lar, assegurando aí funções de representação familiar e de gestão económica (Perrot, 1990) Em simultâneo construiu-se todo um modelo educativo (Mayeur, 1979) em ordem à efectivação deste princípio do não trabalho como inerente à condição feminina burguesa Estas classes, mercê do aumento da produtividade, forjaram um modo de vida que quebrou e distanciou a anterior unidade existente entre a casa e o negócio Podendo suportar duas classes de «ociosos», as mulheres e as crianças e jovens, são-lhes atribuídos desempenhos muito determinados na sua estratégia de diferenciação social: o governo e a representação do lar, às mulheres, e a escolarização às crianças e jovens (Blunden, 1982)

O aumento da escolaridade, de que as raparigas foram, no nosso século, as principais beneficiadas (Baudelot e Establet, 1992), nomeadamente as das clas-

ses médias, veio a introduzir um elemento perturbador nesta lógica, de par com as transformações ao nível das classes sociais, do sistema económico e da divisão do trabalho, abrindo assim caminho ao trabalho profissional das mulheres (Evans, 1980)

Neste contexto, há na área sanitária um sector de actividade económica que, pelas suas características, merece uma investigação mais aprofundada: o da actividade farmacêutica. Uma das menos estudadas, é das profissões do sector sanitário a mais bem distribuída no espaço e próxima das populações. Nesta profissão, as mulheres, asseguram uma presença que permite defini-la como feminizada, não só em Portugal²⁰ como em países como a França, Espanha, o Reino Unido etc. Este fenómeno começou por evidenciar-se no ensino farmacêutico. No nosso país as raparigas estão em maioria desde finais dos anos trinta até aos nossos dias, sendo o curso de farmácia o mais feminizado da academia, e com uma regularidade que permite supor serem de natureza estrutural as razões que subjazem àquela opção.

Uma continuidade natural

O exercício da profissão farmacêutica, na sua vertente mais visível e mais generalizada, a farmácia de oficina, em que a mulher licenciada em farmácia, associa o estatuto de directora técnica e de proprietária²¹, exercendo com grande autonomia a sua actividade (Cézard, 1988), insere-se numa linha de tradição familiar e de continuidade com o trabalho artesanal ou de ofício, em que a casa e o negócio se confundem.

É este carácter oficial na origem da profissão farmacêutica que, ao pressupor uma aprendizagem longa com um mestre, fora de contextos de formação exteriores à casa, vai permitir às mulheres, filhas e esposas de farmacêuticos realizar uma aprendizagem e um exercício profissional que, em contexto aca-

²⁰ Segundo dados da Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos a representação Feminina e Masculina para 1994 era a seguinte: para Coimbra 809/247, para Lisboa 2638/699 e para o Porto 1390/336

²¹ O exercício da farmácia em farmácia de oficina também pode fazer-se como assalariado (a) com o estatuto de Farmacêutico(a) Adjunto (a) e Farmacêutico (a) Assistente

dêmico, lhes teria sido vedada²². Assim, podemos constatar para o caso português, em 1517, uma autorização para o exercício da medicina e farmácia concedida a uma mulher, que a requereu invocando a aprendizagem com um mestre (Tello da Fonseca II, 1936:18). No século XVIII, verifica-se também a existência de mulheres boticárias como proprietárias, normalmente filhas ou viúvas de boticários, ou exercendo a profissão após terem sido publicamente examinadas sobre a sua aprendizagem (Sousa Dias, 1991). No século XIX são registados casos similares, havendo em todos eles uma relação de tipo familiar entre a boticária e o seu mestre, quase sempre o pai²³. A filiação, a viuvez, a orfanidade e o dote vieram a constituir-se assim para as mulheres familiares de farmacêuticos em condições e processos de ascender à propriedade de boticas ou ao exercício da arte.

Este contexto de acesso ao ofício de boticário através da mestria, com aprendizagem e exercício domésticos (a casa e a oficina confundiam-se), permitiu às raparigas um ingresso na profissão, não só em Portugal, como noutros países europeus, nomeadamente em França (Barcs-Masson, 1977) e nos Estados Unidos da América (Gallagher, 1989). Esta forma de ingresso permitiu o exercício não titularizado como praticante, se a botica fosse dirigida por um boticário. Assim, muitas filhas e esposas bem como filhos de boticários praticaram a farmácia sem que tivessem de recorrer ao exame habilitador. Em Portugal como em França, será no fim do século XIX, no contexto em que se assiste à institucionalização do ensino farmacêutico em instituições universitárias, que vão surgir oposições ao ingresso de mulheres na profissão, com a alegação da incompatibilidade entre o género, saber científico e o exercício de uma actividade considerada, por vezes, melindrosa ou imprópria para uma mulher (Barcs-Masson, 1977 e Sousa Dias, 1986). No entanto, no final do

²² Desde a criação medieval das Universidades as mulheres viram ser-lhes vedado, não sem alguma resistência, o acesso ao saber académico e às profissões dele decorrentes como o Direito e a Medicina (Pernoud:1980).

²³ A primeira mulher a submeter-se a exame de farmácia na Universidade de Coimbra, em 1860, praticou, tal como seus irmãos, na Farmácia de seu pai (Bandeira e Pita, 1990). Igualmente para o Porto sabe-se que a primeira mulher que obteve o título de habilitação profissional farmacêutica, em 1839, requereu exame depois da aprendizagem prática (Albuquerque, 1937:19).

século XIX, estava, de uma maneira geral, consignado o acesso das mulheres à formação e exercício farmacêuticos

Chegados a este ponto, podemos afirmar que, durante séculos, o processo de profissionalização farmacêutico contrastou com os procedimentos de profissionalização das profissões clássicas, e que esta sua especificidade, envolvendo homens e mulheres, veio a beneficiar estas, em virtude da ausência das interdições específicas a que estariam sujeitas perante sistemas de formação académicos. Assim sendo, relações matrimoniais ou de filiação, em contexto económico-familiar, vieram a constituir-se em condições facilitadoras de acesso e exercício das mulheres a uma profissão maioritariamente exercida por homens.

A consagração posterior do ensino farmacêutico como ensino universitário vem a permitir às mulheres um acesso mais generalizado e qualificado à profissão. Na verdade, a centralização do ensino profissional nas universidades não afastou as mulheres da farmácia, pelo contrário, potenciou a sua entrada, na medida em que, de alguma maneira, neutralizou a dominância dos mecanismos familiares de recrutamento, permitindo o acesso de mulheres à formação, independentemente das suas conexões familiares com a actividade. No entanto, a questão da socialização profissional doméstica e o ordenamento jurídico que regula a transmissão por herança obrigam, como dissemos, na compreensão desta actividade, à consideração das estratégias familiares intrínsecas às famílias farmacêuticas, que subjazem à afectação desta actividade, sobretudo na pessoa das raparigas. Esta é para nós uma das dimensões estruturantes desta actividade que, com grande perenidade, continua a reproduzir-se mesmo após a instalação da via académica. Sobressai assim como prioritário detectar as dinâmicas, de aceitação e resistência, que se geram nas famílias farmacêuticas, em torno da inculcação desta vocação, cuja feminização é por demais evidente.

A profissão farmacêutica, apesar da sua antiguidade e proximidade, praticamente não tem sido instituída como objecto de análise pelas ciências sociais, para além do trabalho não publicado de Aiach (1978) relativo ao caso francês, do estudo de Miguel e Salcedo (1987) para Espanha, e uns quantos artigos esparsos e obras de carácter histórico²⁴. No que refere à participação das

²⁴ Salientam-se os artigos de Young e Prichard (1985) de Schepers (1988), a obra jornalística de

mulheres na actividade farmacêutica, salienta-se unicamente a obra de carácter historiográfico de Barcs-Masson (1977) para França, um capítulo na obra de Crompton e Sanderson (1990) sobre a feminização da actividade farmacêutica em Inglaterra, e recentemente o estudo de Joanne Collin (1994) para o Canadá, bem como alguns artigos em que se ensaiada uma perspectiva de análise histórica²⁵.

Ora pela singularidade de que se reveste enquanto trabalho profissional feminino e pelas questões que coloca para a sua compreensão, mobilizando as áreas da sociologia da família, das profissões e da educação, a actividade farmacêutica constitui-se num objecto complexo a construir. Em Portugal, os estudos que citámos provêm unicamente da própria classe farmacêutica, e são referidos em revistas e produzidos em instituições relativas a esse sector. Trata-se portanto de um esforço de interrogação de tipo histórico e sociológico interno à classe farmacêutica, o que acentua o carácter absolutamente marginal deste sector de actividade para os profissionais das Ciências Sociais em Portugal.

Correspondência Cristina Rocha, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Rua do Campo Alegre, 1055 – 4150 Porto

Bibliografia

- AIACH, P (1978) *Les Pharmaciens D'oficine Contradictions et ambiguïtés d'une profession singulière*, Paris: Université ParisX-Nanterre
- ALBUQUERQUE, A A (1937) *O Ensino da Farmácia no Porto a partir de 1837*, Porto: Universidade do Porto 1º Centenário da Fundação da Academia Politécnica e da Escola Médico-Cirúrgica 1837-1937
- BANDEIRA, Ana Maria I e PIITA, João Rui (1990) «As Primeiras Mulheres Farmacêuticas na Universidade de Coimbra» *Kalliope de Medicina*, 3, 21-28
- BARCS-MASSON, Marie Louise (1977) *Les Femmes et la Pharmacie*, Nice: Col Belisane
- BARRÈRE, I et al (1976) *Les Pharmaciens Parlent* ., Paris: Stock

Barrère, Rideau e Tupin (1976), a obra histórica de Folc Jou (1972), de Dillemann et al. (1992), etc Para os Estados Unidos da América a obra de Smith e Knapp (1976)

²⁵ Para além do já citado artigo de Gallagher (1989) para os USA, o artigo de Pabis-Braunstein (1989) para a Polónia, e de Stib et al. (1986) e Muzzin e Hornosty (1994) sobre a situação no Canadá

- BAUDELOI, Christian e ESTABLET, Roger (1992) *Allez le Filles*, Aros: Seuil
- BIUNDEN, Katherine (1982) *Le Travail et la Vertu. Femmes au Foyer. Une mystification de la Révolution Industrielle*, Paris: Payot
- CÉZARD, Michel (1988) «Les Femmes dans les Entreprises Individuelles: *Tradition et Autonomie*», *Économie et Statistique*, 209, 33-38
- COLLIN, Joanne (1994) *Changement d'ordonnance Mutations professionnelles, identité sociale et féminisation de la profession pharmaceutique au Québec, 1940-1980*, Québec, Boréal
- CRIBADO, E A (1995) «Los procesos productivos artesanales: una aproximación teórica», *Sociología del Trabajo*, 24, 39-74
- CRISIAU, B (1973) *Le Droit de la Pharmacie*, Paris, PUF, Que sais-je?
- CROMPTON, R e SANDERSON, K (1990) *Gendered Jobs & Social Change* Londres: Unwin Hyman
- DILLEMAN, G et al. (1992) *La Pharmacie Française*, Paris: Tec & Doc
- DINGWALL, Robert, RAFFERTY, Anne Marie & WEBSTER, Charles (1988) *An Introduction to the Social History of Nursing*, Londres: Routledge
- EVANS, Richard, (1980) *Las Feministas Los Movimientos de Emancipación de la Mujer en Europa, América e Australasia, 1840-1920*, Madrid: Siglo Veintiuno Ed SA
- FOLCH-JOU, G (1972) *Historia de la Farmacia*, Madrid
- FOUCAULT, Michel (1994) *O Nascimento da Clínica*, Rio de Janeiro, Forense Universitária
- GALAGHER, Teresa C. (1989) «From Family Helpmeet to Independent Professional: Women in American Pharmacy 1870-1940», *Pharmacy in History*, 31, 2, 60-77.
- HUGHES, Everett (1996) *Le Regard Sociologique Essais Choisis*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales
- MAYEUR, Françoise (1979) *L'Éducation des Filles en France au XIX siècle* Paris: Ed Hachette
- MIGUEL, Jesus M e SALCEDO, Juan (1987) *La Profesión Farmacéutica* Madrid: Siglo Veintiuno Ed SA
- MUZZIN, Linda e HORNOSIY, Roy (1994) «The Effect of the Great Depression on Ontario Men and Women Pharmacists», *Pharmacy in History*, 36, 4, 161-168
- PABIS-BRAUNSTEIN, Mirostawa (1989) «The First Polish Women Pharmacists», *Pharmacy in History*, 31, 1, 12-15
- PERNOUD, Regine (1980) *A Mulher no Tempo das Catedrals*, Lisboa: Gradiva
- PERROI, Michelle (1990) «Os Actores», in *História da Vida Privada*, 4, 89-285, Porto: Afrontamento
- PEITHAI, A (1982) *Production de l'École/Production de la Société Analyse Socio-Historique de Quelques Moments Décisifs de l'Évolution Scolaire en Occident*, Genève: Librairie Droz
- PIIA, João Rui (1990) «Breve História da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra Uma Perspectiva Científico-Profissional», *Munda*, 243, 16
- PIIA, R e BROJO, P (1995) «O Conceito de Farmácia em Portugal Resenha Histórica» *Revista Portuguesa de Farmácia*, vol XIV, 1, 31-40

- PIIA, R (1995) *A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836) Ciência, Ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico*, Coimbra: Faculdade de Farmácia
- SCHEPERS, R (1988) 'Pharmacists and Medical Doctors in Nineteenth-Century Belgium', *Sociology of Health & Illness*, 10, 1, 68-90
- SMITH, Mickey e KNAPP, David (1976) *Pharmacy, Drugs and Medical Care*, Baltimore: The Williams & Wilkins Company
- SOUSA DIAS, José Pedro F (1986) 'Aspectos do Ensino Farmacêutico em Lisboa no séc. XIX', *Medicamento História e Sociedade*, ano 1, 3, 35-42
- SOUSA DIAS, José Pedro F (1988) 'O Ensino de Farmácia', *Farmácia Portuguesa*, 53, Set/Out, 7-19
- SOUSA DIAS, José Pedro F (1991) *Inovação Técnica e Sociedade na Farmácia da Lisboa Setecentista*, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Farmácia
- SIENGENERS, Isabelle *et al* (1988) *Les Concepts Scientifiques*, Paris: Galimard Folio/Essais
- STERNON, F (1933) *Quelques aspects de l'Art Pharmaceutique et du Médicament à travers les Ages*, Paris, Masson & Cie Ed
- STIB, Ernest W. *et al* (1986) 'Women in Ontario Pharmacy: 1867-1927' *Pharmacy in History*, 28, 3, 125-134
- STROBANTS, Marcelle (1991) *De l'Organisation du Travail à la Formation des Compétences: Pregnance de la Technologie dans l'Approche des Processus de Différenciation des Savoirs*, Université Libre de Bruxelles: Faculté des Sciences Sociales Politiques et Économiques
- TELLO da FONSECA Manuel (1936) *História da Farmácia Portuguesa através da sua Legislação*, vol II, Porto: Emp. Ind. Gráfica do Porto
- YOUNG, Thomas J e Prichard, Keith W (1985) 'Sociological Analysis of Pharmacy as a Quasi-Profession', *Free Inquiry in Creative Sociology*, 13, 1, 63-66